

EDUCAÇÃO FINANCEIRA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO (ODS 1)

Stella Silva Acioli (Universidade de Taubaté)
Quésia Postigo Kamimura (Universidade de Taubaté)

Amartya Sen (2000) defende que o verdadeiro desenvolvimento vai além da simples acumulação de riqueza e crescimento econômico, focando na expansão das liberdades substantivas que permitem aos indivíduos escolherem a vida que valorizam. Segundo ele, uma concepção adequada de desenvolvimento deve incorporar as liberdades instrumentais: políticas, econômicas, sociais, e garantias de transparência e segurança, que são essenciais para garantir igualdade social e permitir o exercício pleno da cidadania. O Estado tem um papel central nesse processo, sendo responsável por fortalecer políticas públicas que assegurem direitos sociais básicos e ampliem as oportunidades para todos. Como afirmam Wentroba e Botelho (2020), “a educação promove os instrumentos necessários para a expansão das liberdades e capacidades, contribuindo para o desenvolvimento humano”. A educação é não apenas um direito social, mas também um mecanismo fundamental para a promoção da cidadania, como preconiza a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 estabelece que a educação deve garantir o desenvolvimento pessoal, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Sen (1999) argumenta que a educação não é apenas o acúmulo de conhecimento, mas uma forma de expandir as capacidades e liberdades dos indivíduos. Ele observa que, embora vivamos em um mundo de abundância, também há grandes privações de liberdade, limitando as escolhas das pessoas. A educação de qualidade é, portanto, um meio de eliminar essas privações e promover maior equidade social. A educação financeira surge como uma ferramenta crucial para ampliar a autonomia dos cidadãos. Segundo Lusardi e Mitchell (2014), a alfabetização financeira é essencial para que os indivíduos tomem decisões conscientes sobre poupança, investimento e consumo. Corrêa Júnior (2012) destaca que a educação financeira é parte fundamental das oportunidades sociais, pois permite ao indivíduo gerenciar recursos de maneira eficiente, evitando endividamentos excessivos e promovendo maior segurança financeira. Programas de educação financeira têm sido implementados, mas ainda são restritos. Moro (2013) afirma que “a educação financeira não deve ser vista como um privilégio, mas como um direito de todos”. A integração entre educação formal e financeira é fundamental para a redução das desigualdades sociais, promovendo desenvolvimento humano sustentável e a verdadeira liberdade.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano; Educação financeira; Políticas públicas; Desigualdade social.

XIV CICTED

CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO